

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE
UMA CIDADE DO INTERIOR DO CEARÁ: A VISÃO DOS GESTORES
ESCOLARES**

***LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD EN LAS ESCUELAS
PÚBLICAS DE UNA CIUDAD DEL INTERIOR DEL ESTADO DE CEARÁ: LA VISIÓN
DE LOS GESTORES ESCOLARES***

***THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN PUBLIC SCHOOLS OF A
CITY OF THE INTERIOR OF CEARÁ: THE VIEW OF SCHOOL MANAGERS***



Maria Neurismar Araújo de SOUZA¹
e-mail: neurys19@yahoo.com.br



Maria Iranilda Meneses ALMEIDA²
e-mail: ma.iranildameneses@gmail.com



Stela Lopes SOARES³
e-mail: stelalopesoares@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

SOUZA, M. N. A.; ALMEIDA, M. I. M.; SOARES, S. L. A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas de uma cidade do interior do ceará: A visão dos gestores escolares. **Rev. Hipótese**, Bauru, v. 9, n. 00, e023002, 2023. e-ISSN: 2446-7154. DOI: <https://doi.org/10.58980/eiaerh.v9i00.423>



| **Submetido em:** 10/10/2022
| **Revisões requeridas em:** 18/11/2022
| **Aprovado em:** 20/12/2022
| **Publicado em:** 01/01/2023

Editor: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Centro Universitário Estácio do Ceará, Parangaba – CE – Brasil. Docente e responsável pelo Núcleo Psicopedagógico. Especialista em Metodologia do Ensino das Artes (UECE).

² Colégio Estadual Liceu de Caucaia, Caucaia – CE – Brasil. Professora. Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Americana (UA).

³ Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral – CE – Brasil. Coordenadora do Curso de Educação Física. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar (GEPEFE/UECE). Doutorado em Educação (PPGE/UECE).

RESUMO: A inclusão social como meio e fator fundamental para o desenvolvimento e a equidade da nação brasileira. Tendo este estudo como objetivo analisar a visão de gestores escolares de um município do interior do Ceará, sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência. Este estudo é do tipo exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa, sendo realizado no período de agosto a novembro de 2022, tendo como campo de pesquisa três escolas públicas do município de ensino fundamental. A coleta de dados foi realizada através de entrevista. A pesquisa contou com a participação de 4 gestores escolares, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aceitando participar do estudo. Pode-se destacar que nas instituições escolhidas, já tiveram inseridos em seu âmbito alunos com deficiência, portanto, essas características fortalecem experiências mais próximas das expectativas depositadas na escola. Após a análise dos dados, chegamos à conclusão, através da investigação com os gestores escolares participantes, de que há um baixo número de alunos com deficiência nas escolas avaliadas. Este resultado levanta a reflexão de se não haveriam outras pessoas com deficiência com idade escolar que poderiam estar sendo incluídas e estudando nestas instituições, fato que merece ser investigado em outros estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Escola. Aluno com deficiência.

RESUMEN: *La inclusión social como medio y factor fundamental para el desarrollo y la equidad de la nación brasileña. Este estudio tiene como objetivo analizar la visión de los gestores escolares de una ciudad del interior de Ceará, sobre el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad. Este estudio es de tipo exploratorio, descriptivo y con abordaje cualitativo, siendo realizado en el período de agosto a noviembre de 2022, teniendo como campo de investigación tres escuelas públicas del municipio de enseñanza básica. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas. La investigación contó con la participación de 4 gestores escolares, que firmaron un Consentimiento Informado Libre aceptando participar en el estudio. Se puede destacar que las instituciones elegidas ya han tenido estudiantes con discapacidad insertados en su ámbito, por lo tanto, estas características fortalecen experiencias más próximas a las expectativas depositadas en la escuela. Después del análisis de los datos, concluimos, a través de la investigación con los gestores de las escuelas participantes, que existe un bajo número de estudiantes con discapacidad en las escuelas evaluadas. Este resultado plantea la reflexión de si no habría otras personas con discapacidad en edad escolar que podrían estar siendo incluidas y estudiando en estas instituciones, hecho que merece ser investigado en otros estudios.*

PALABRAS CLAVE: *Inclusión. Escuela. Estudiantes con discapacidad.*

ABSTRACT: *Social inclusion is a means and a fundamental factor for the development and equity of the Brazilian nation. The objective of this study was to analyze the view of school managers in a municipality in the interior of Ceará about the inclusion process of students with disabilities. This study is exploratory, descriptive, and with a qualitative approach, being carried out from August to November 2022, having as research field three public schools in the municipality of elementary school. Data collection was performed through interviews. The research had the participation of 4 school managers, who signed a Free and Informed Consent Form agreeing to participate in the study. It can be highlighted that in the chosen institutions, students with disabilities have already been inserted in their scope; therefore, these characteristics strengthen experiences closer to the expectations deposited in the school. After data analysis, we can conclude through research with the participating school managers that there is a low number of students with disabilities in the schools evaluated, and this result provokes the reflection of whether there would be other people with school-age disabilities who could be included and studying in these institutions, a fact that deserves to be investigated in other studies.*

KEYWORDS: *Inclusion. School. Student with disabilities.*

Introdução

A inclusão social, como meio e fator fundamental para o desenvolvimento e a equidade da nação brasileira, requer, para ontem, que os setores primordiais — economia, políticas, saúde, educação, outros — estejam, permanentemente, informados sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, torna-se vital que os atores sociais tenham a dimensão, a compreensão e as habilidades sobre os processos educacionais de inclusão (AMARAL, 2019).

No seu dia a dia, a sociedade precisa dividir espaços de forma igualitária e, sobretudo, com respeito, empatia e aceitação às diferenças, além de se ajustar às necessidades das pessoas com deficiência. Assim, a existência de cidadãos emancipados e socialmente incluídos depende da sua formação nos bancos escolares e da capacidade da coletividade, e de cada um, em desenvolver contínua e continuamente a competência em aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida, com vistas a inclusão (FEITOZA, 2020).

O Artigo 208 da nossa Constituição Federal de 1988, determina que é dever do Estado “a garantia da educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, assegurada inclusive sua oferta para todos que não tiveram acesso na idade adequada e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Segundo as orientações do texto, esses grupos devem ter acesso à educação, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A base de concepção da inclusão, segundo Dantas Júnior (2019), consiste no preceito de que toda pessoa tem o direito primordial à educação e os processos de ensino-aprendizagem considerem seus interesses, habilidades, desenvolvimento e necessidades de aprendizagem. As formas limitadas como algumas escolas e instituições ainda atuam, têm levado grande parcela dos alunos à exclusão, principalmente das minorias sociais, sejam por: etnia, gênero, crença ou deficiência.

Portanto, para as pessoas com deficiência, conforme o Art. 1º do Decreto Federal n.º 6571, de 17 de setembro de 2008, a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado — AEE, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

A inclusão de alunos com deficiências é uma luta, uma bandeira, às vezes forte, por vezes trêmula, infelizmente presente no nosso sistema de ensino brasileiro. Desse modo, à luz da Lei n.º 13.146 de 2015, uma das conquistas, é a manutenção de diretrizes constitucionais,

que já fazem parte da política governamental há três décadas. Essas garantias, já repercutem nas escolas, na formação de profissionais, nas metodologias e nos processos de ensino-aprendizagem.

Contudo, observamos, conforme nos aponta Pletsch, Souza e Orleans (2017), que tais diretrizes ainda não produziram a mudança necessária e eficaz no chão da sala de aula, ou seja, no contexto escolar. Ainda, buscamos e sonhamos com a realidade social e escolar, do dia em que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições e habilidades pessoais.

Compreendendo que a escola é território de demandas, faz-se necessário, a efetiva participação e contribuição do núcleo gestor nos processos de inclusão. Nessa construção, Vioto e Vitaliano (2019), nos apontam das diversas ações escolares que devem estar contidas Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Então, os Gestores escolares devem estar atentos na elaboração de planos de ação, na gestão dos processos internos da instituição, nas relações com as instâncias do Estado e do Município e nas relações com a comunidade, para validar a inclusão e a sua manutenção.

Investigar a opinião de gestores educacionais sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência é bastante relevante por diversos motivos, incluindo o aspecto científico, dada a escassez de pesquisas sobre o tema, e pedagógico, pois proporciona uma reflexão sobre as práticas de inclusão na escola. Além disso, também é relevante sob uma perspectiva social-política, uma vez que os resultados podem contribuir para a transformação de realidade com vistas à inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar. Diante deste cenário, o objetivo desta pesquisa é analisar a visão de gestores escolares do município de Caucaia/CE sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.

Diante dessas evidências e considerando a relevância e a importância desse tema para a sociedade e para o nosso bom desempenho profissional, enquanto professores de da Educação Básica.

Metodologia

Este estudo é do tipo exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa, sendo realizado no período de agosto a novembro de 2022, tendo como campo de pesquisa três escolas públicas do município de ensino fundamental de um interior do Ceará.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista, em que na mesma buscou-se, investigar questões referentes ao: número de alunos com deficiências; acessibilidade de estrutura física; aceitação no processo de matrícula; participação das famílias; materiais didáticos utilizados para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência; convivência entre estudantes com e sem deficiência; projetos sobre inclusão promovidos pela escola; e Limite de idade para conclusão de nível de ensino. A pesquisa contou com a participação de 4 gestores escolares, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aceitando participar do estudo.

Por questões de ética, nesta pesquisa as escolas serão identificadas como: Escola A; Escola B; e Escola C. Este estudo obedeceu à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A autonomia dos participantes foi estabelecida através do esclarecimento da participação voluntária na pesquisa e do direito à desistência a qualquer momento. A privacidade, a individualidade, bem como as crenças e os valores dos entrevistados foram respeitados. O termo de livre consentimento foi utilizado confirmando a participação voluntária.

A análise de conteúdo foi utilizada como forma de análise dos dados coletados e de acordo com Bardin (2011) é realizada através da pré-análise, análise (exploração do material e organização de respostas) e a interpretação dos resultados coletados.

Resultados e Discussão

A partir da coleta, para melhor compreensão dos dados colhidos, apresentaremos em detalhes as categorias: número de alunos com deficiências; acessibilidade de estrutura física; aceitação no processo de matrícula; participação das famílias; materiais didáticos utilizados para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência; convivência entre estudantes com e sem deficiência; projetos sobre inclusão promovidos pela escola; e Limite de idade para conclusão de nível de ensino.

Número de Alunos com Deficiências

Na Escola A, estudavam três alunos diagnosticados: 2 alunos com deficiência e 1 com transtorno global de desenvolvimento, sendo uma aluna com deficiência motora, um aluno com Síndrome de Down e um aluno com autismo, diante desta questão, a diretora informou que já houve anteriormente outros alunos com deficiência na instituição.

No caso da Escola B, atualmente estuda apenas um aluno, diagnosticado com Síndrome de Down, sendo assim, conforme as informações da diretora, anteriormente também houve outros alunos com deficiência na escola.

A Escola C, possui em seu âmbito escolar dois alunos com deficiências, sendo uma aluna com Síndrome de Down e um aluno com deficiência motora, no caso, também foi informado que já houve anteriormente alunos com deficiência.

É notável que, nas escolas selecionadas, já houve alunos com deficiência, o que reforça experiências mais próximas das expectativas depositadas na escola. Isso se deve ao fato de, nos parâmetros, haver uma ênfase considerável no comprometimento, da parte da gestão, em relação à inclusão e à boa adaptação, assim como um ensino de qualidade.

Acessibilidade de Estrutura Física

No caso da Escola A, relacionado a sua estrutura física perante alunos com deficiência, foi relatado pela gestora que:

[...] Assim, tem vários tipos de deficiência, a única coisa que temos são as rampas, devido a alunos com cadeiras de rodas, tem outros meninos... que não tem uma deficiência física, mas... uma coisa bem estruturada, você vê que não é, a única coisa que temos mesmo é uma rampa, estrutura mesmo que era para ter, não temos não (Entrevistada 1).

A Lei 10.098 estabelece que é um direito legal garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em diversas áreas, incluindo vias e espaços públicos, escolas, mobiliário urbano, construção e reforma de edifícios, bem como nos meios de transporte e comunicação. A lei assegura a eliminação de obstáculos e barreiras para garantir que essas pessoas possam usufruir dos mesmos direitos e serviços que os demais cidadãos. O artigo primeiro da referida lei é claro quanto à necessidade de tornar o ambiente acessível para todos (TEIXEIRA, TAVARES, BISPO, 2015).

Ainda em relação à Escola A, a estrutura física, também foi apontada como principal dificuldade no atendimento de alunos com deficiência, pois se relata que, como a escola é de viés público, necessita-se sempre de uma avaliação estabelecida pela prefeitura municipal, para a construção de uma estrutura que desenvolva uma melhor adaptação, de acordo com Fossi (2010), o como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

No mesmo sentido, a coordenadora da Escola B, aborda que: “[...] Não tem uma estrutura adequada, simplesmente possui uma rampa, não possuímos alunos cadeirantes, apenas um aluno com síndrome de Down, mas os banheiros, por exemplo, não são adequados” (Entrevistada 2).

Segundo Aranha (2004), a acessibilidade é um pré-requisito fundamental para garantir a inclusão plena dos alunos na escola, permitindo que todos possam chegar até o local, circular livremente em suas dependências, utilizar todos os espaços disponíveis e frequentar a sala de aula. Pereira (2011) destaca que o Brasil já possui algumas adaptações para pessoas com deficiência física, mas que estas ainda não são suficientemente acessíveis, especialmente no âmbito escolar, impedindo o país de ser reconhecido como um lugar adaptado para crianças com deficiência.

Muitas são as experiências das escolas com diferentes situações e demandas, as condições sociais se estabelecem nas instituições, sendo necessário muitos planejamentos e subsídios sobre a questão inclusiva, embora estejam presentes constantes dificuldades. Abordando as dificuldades enfrentadas pelas escolas sobre a inclusão, no mesmo sentido da questão estrutural, a gestora da Escola B, nesse quesito, destaca sobre a dificuldade do professor em lidar com o aluno com deficiência.

[...] Os professores não estão preparados, a gente vê, não é uma dificuldade da escola, mas do professor em sala de aula, que não sabe lidar, isso é um grande problema (Entrevistada 3).

Relacionado a essa questão da estrutura, a gestora da Escola C informa que:

[...] A gente tem a acessibilidade somente na entrada, sendo a rampa, mas para banheiro, para salas, e como depende da parte financeira da escola, porque como a gente é pública, depende de um órgão maior, superior, mas assim em questão de acessibilidade, ainda acho deficiente, não é suficiente, apesar de não ter cadeirantes, mas tem alunos com comprometimento motor, e o acesso para elas é complicado, ainda não atende as necessidades (Entrevistada 4).

Como destacado anteriormente, na Escola C a gestora relata que a captação de recursos se vincula nas principais dificuldades que a instituição enfrenta, pois, a adequação para um bom atendimento é limitada pela falta de suporte.

[...] É exatamente essa, a parte financeira, que não depende da gente, tem de esperar, nem quadra esportiva a gente tem, necessita, por que tem a disciplina de Educação Física, mas assim, pedidos e ofícios são feitos, infelizmente é aguardar (Entrevistada 4).

De acordo com Sanches e Teodoro (2006), há muitos obstáculos que podem ser enunciados para não ser praticada uma educação inclusiva, uma educação que se preocupe com o sucesso de cada um e de todos: a falta de formação ou formação inadequada dos professores, a falta de recursos humanos e materiais, os espaços inadequados, as políticas não ajustadas às situações. São ações difíceis para o setor educacional, ao longo do processo de gestão, as condições que atendam às melhores bolsas de estudo para os alunos. Sendo a escola um espaço aberto para todos, se fortalece vínculos coletivos dos profissionais para uma ação educacional responsável.

Apesar de existir uma preocupação dos gestores em melhorar o atendimento de qualidade ao aluno, a questão de sua estrutura e subsistência provém de recursos estabelecidos pelo poder público, segundo Quixaba (2015), as políticas educacionais, vem encontrando dificuldades para efetivá-la em virtude dos empecilhos já citados e de outros que fazem parte da própria estrutura administrativa das secretárias municipais de educação.

Aceitação no Processo de Matrícula

Em relação à inclusão de alunos com deficiência, sendo obrigatória na escola e um direito estabelecido por lei, estabeleceu-se uma dúvida, referente a seguinte indagação sobre o que acontece caso um gestor negue a matrícula de um deficiente na instituição, sendo relatada as afirmativas:

No caso da Escola A, a gestora respondeu que: “[...] Isso, a gente tá fugindo da lei, porque é um direito dele, a escola é notificada a responder, parte até para um processo judicial, é um direito que eles têm, direito adquirido” (Entrevistada 1).

No mesmo sentido, na Escola B, a gestora relatou que:

[...] Não sei nem como lhe responder, porque no caso eu não rejeito, e eu acredito ser uma proteção por lei, eles têm que estudar, por aqui é assim, o aluno estuda aqui, mas também estuda na outra escola, ele tem um acompanhamento lá, então acredito que, atualmente, é inadmissível que um diretor rejeite essa criança, lógico que não pode, na minha visão, não tem nem o que discutir, é inadmissível (Entrevistada 3).

Abordando o mesmo tema, na Escola C, segundo as palavras da gestora da instituição:

[...] Acredito que... aqui nunca aconteceu, mas o gestor jamais pode negar, não pode nem alegar que não tenha acessibilidade, ele tem que matricular, é obrigatório, pois, o diretor pode sofrer um processo administrativo (Entrevistada 4).

De acordo com Ropoli *et al.* (2010), a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

Por isso, para todos os profissionais, é de grande importância, que estejam conscientes das determinações protetivas da pessoa com deficiência, os gestores e demais envolvidos, devem reconhecer suas funções e estabelecer compromissos na defesa dos processos educacionais, um corpo docente empenhado e respaldado em valores sociais.

Vale registrar que mesmo com as políticas sofrendo dificuldades, persistir na conscientização de uma justiça social é primordial, pois negar um direito conquistado com constantes lutas fere demasiadamente os princípios estabelecidos na constituição.

Participação das Famílias

Dado que a família é o primeiro ambiente de processos motivacionais e de vínculos, deve ter participação no processo de desenvolvimento educativo. Assim sendo, verificou-se como a escola conscientiza a família do aluno com deficiência para participar do seu processo de aprendizado. Segundo os gestores, as seguintes afirmações foram feitas a respeito desta questão:

Abordando a Escola A, a gestora revela que: “[...] A gente conversa para saber a necessidade dele, para socializar com as outras crianças, de que ele não difere, de ver que ele é capaz, que não tem essa diferença, de ficar... de limitar a criança” (Entrevistada 1).

Abordando a Escola B, a gestora afirma que:

[...] Olha, essa semana conversei com o pessoal aqui da escola e nós chegamos a uma conclusão de que assim, muitas famílias, não são as pessoas de fora que não aceitam os filhos deles, são eles que não aceitam, então eles têm preconceito com os filhos, e eles ficam jogando essa culpa para os outros, às vezes as pessoas nem estão discriminando os filhos deles, mas no íntimo deles, eles discriminam os filhos, então eles preferem aquela zona de conforto de fazerem-se de vítimas e não buscar por esse filho, porque te digo isso, porque uma criança com síndrome de Down, para mim, ele é igual a qualquer outro, ele é inteligentíssimo, tem capacidade de tudo, então é isso que tem que começar a ser trabalhado nessas famílias, investir na criança, para que ela possa ter uma vida bem melhor, então eu me preocupo muito com isso (Entrevistada 3).

Ressaltando a Escola C, a gestora estabelece a seguinte afirmativa:

[...] A gente sempre busca essa parceria com a família, nós fazemos um encontro todo semestre com os pais, e geralmente a gente levanta essa bandeira, não só esses alunos com deficiência, como a gente tem alunos que de meu conhecimento agora, que não estão matriculados na escola, estão em casa, a gente já vai se organizando para fazer uma visita a essas famílias, a gente saberá, se informar e tomar as medidas legais (Entrevistada 4).

Segundo Fiamenghi Jr. e Messa (2007), os pais se sentem despreparados para lidar com evento da deficiência, a busca por informações sobre as peculiaridades do quadro clínico e os cuidados inerentes à condição se fazem necessários, e eles precisam entender e aprender a lidar com um novo corpo. Sendo assim, podemos perceber que deve haver uma preocupação instigante dos pais sobre o processo de aprendizado e interação de seus filhos que possuem algum tipo de deficiência ou outros indivíduos.

Nesse contexto, com a verificação dos estudos, observa-se que, ainda é, comum observar a resistência dos pais na questão de inserir seus filhos nos âmbitos da sociedade,

procurar o auxílio de um profissional caso seu filho apresente alguma dificuldade, seja motora ou intelectual, a ausência de um laudo do diagnóstico da deficiência prejudica a elaboração de atividades condizentes a deficiência e dificuldades que se tornam presentes no cotidiano escolar. Infelizmente, ainda temos, alguns pais que não participam do processo de desenvolvimento dos filhos, delegando essa responsabilidade apenas para a instituição. Reforçando que, a família tem uma função fundamental nesse processo, assim os profissionais e os pais devem fortalecer todo tipo de diálogo e apoio mútuo.

Segundo o estudo de Rodrigues (2015), realizada em uma escola do município de Caucaia, Ceará, podemos destacar um relato relevante sobre a questão da conscientização da família, segundo a pesquisa “alguns pais realizam a matrícula dos seus filhos sem comunicar a escola da deficiência dele”, no caso, no período da matrícula, um laudo é necessário para que se possa tomar medidas cabíveis aos processos de ensino, atividades e solicitação de um cuidador para auxiliar o professor em sala de aula.

Materiais Didáticos utilizados para o Processo de Ensino-Aprendizagem dos Alunos com Deficiência

Seguindo as afirmativas dos gestores, sobre a indagação acerca dos materiais didáticos que a escola possui para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência, foi relatado:

A gestora da Escola A, sobre esse assunto, relatou que: “[...] possui alguns materiais didáticos, são poucos, mas são usados” (Entrevistada 1). Nessa escola, possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado — AEE, onde em determinados dias são feitas atividades com os alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizado, a professora do AEE. Seguindo o laudo de diagnóstico da deficiência do aluno e uma pequena avaliação do professor em sala, elabora um relatório e desenvolve atividades, que serão usadas conforme a necessidade de cada aluno, sendo que esses relatórios também são enviados para a Secretaria de Educação, sendo elaborados conteúdos e orientações para o trabalho com os alunos.

Seguindo o mesmo tema, na Escola B, a gestora relata que:

[...] Pronto, aqui é um desafio, pois algumas escolas possuem as salas de AEE, a minha não tem, mas nem por isso deixo de receber, mas a gente trabalha com o que tem, eu jamais deixarei de receber um aluno por que eu não tenho uma sala de AEE, mas também não terá o mesmo sucesso daqueles que estão na sala de AEE (Entrevistada 3).

Na Escola C, conforme a fala da gestora:

[...] Não, é o uso geral, material lúdico, no geral, assim, específico não, além disso, porque nós não temos alunos com... tipo com surdez, cegueira, nós temos uma aluna com Síndrome de Down e outro com comprometimento motor, e alunos sem laudo, a gente sabe que eles têm uma dificuldade aprendizagem, que existe algo maior, uma patologia maior envolvida, mas não tem laudo (Entrevistada 4).

A função do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de acordo com Quixaba (2015), é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. De fato, as salas de AEE, articulam melhor o processo de aprendizado do indivíduo, porém observa-se que nem todas as escolas possuem essas salas especializadas, sendo assim, no geral, as escolas utilizam os recursos que possuem, os gestores e os professores debatem quais os melhores métodos para se utilizar na sala de aula, favorecendo ao ensino-aprendizagem.

Citando o estudo de Bertine (2017), realizado em três escolas do município de Caucaia, Ceará, as escolas inseridas no estudo continham em seu âmbito um vasto material e estrutura física mais acessível, segundo o estudo da pesquisa citada “As escolas analisadas possuem uma ampla gama de instalações que privilegiam uma educação integrada e participativa, como laboratório de informática, biblioteca, quadra de esportes, dentre outros”. Em alguns casos, as escolas dispõem de uma estrutura adequada às necessidades de estudantes com deficiência/mobilidade reduzida, logo, as políticas de inclusão devem ser cumpridas em todas as unidades escolares para atender melhor a essa demanda.

Convivência entre Estudantes com e sem Deficiência

Sobre a escola ter um objetivo de ser reconhecida como espaço para todos, e refletindo sobre a igualdade na sociedade, foi indagado aos gestores sobre a importância dos alunos sem deficiência estudarem ao lado de alunos com deficiência, ressaltadas as seguintes falas.

No caso da Escola A, a gestora afirma que:

[...] Acho que, para ele ver e sentir, e assim, se solidarizar por aquele aluno, não limitaremos uma pessoa, pois às vezes temos alunos com deficiência muito mais interessados do que outros alunos do ensino regular, sentir que aquelas crianças, todas são capazes, de se interessar mais, de se esforçar, que não tem diferença nenhuma, é um incentivo a mais para eles (Entrevistada 1).

No caso da Escola B, segundo a gestora:

[...] Isso é o lado humano, a sensibilidade, respeitar o outro, aceitar o outro com todas as limitações que ele tem, quando você desenvolve e envolve os alunos da sala para cuidarem, protejam, respeitem, queiram ver aquele aluno aprender, é o maior prêmio que um professor pode ganhar. A gente tem que fazer com que todo mundo, naquela corrente de amizade, todo mundo junto, sem isolar, envolvendo-o em um trabalho, fazendo ele participar, pois considero todos eles com capacidade (Entrevistada 3).

Ressaltando a Escola C, citando o mesmo assunto, a gestora afirma que:

[...] A importância é justamente acabar com as diferenças, a inclusão é respeitar as diferenças, as limitações e que ele aprenderá com os outros, claro com suas limitações e aprender que o mundo, os direitos são iguais para todos, por que hoje em dia, não se pode dizer o que é normal e o que não é normal, não é? Porque às vezes você vê uma criança, detecta com se ela fosse normal entre aspas, mas, na verdade, ela só tem uma patologia, que não aprende, um distúrbio, então não é um aspecto físico que determinará isso (Entrevistada 4).

O fortalecimento da interação entre os alunos desde cedo é fundamental, pois quanto mais cedo é trabalhado os valores de igualdade entre os indivíduos, menos práticas excludentes são desenvolvidas no âmbito da sociedade. De acordo com Quixaba (2015), a aproximação física é importante, assim como é importante serem promovidos espaços para a construção de uma cultura para além das questões de inclusão, os alunos precisam ser percebidos não pelo direito, pela imposição, mas sim pela oportunidade que todos devem se beneficiarem com essa rica experiência.

Nesse contexto, o espaço escolar se manifesta para todos, ainda necessitamos percorrer um longo caminho, ao existirem situações onde ocorrem discriminação dos alunos, porém, como abordado anteriormente, é necessário trabalhar toda essa questão para trazer algo positivo dentro e fora da sala de aula.

Projetos sobre Inclusão Promovidos pela Escola

Diante de todas as ressalvas sobre inclusão, indagamos sobre algum projeto da escola que fortalecesse a inclusão, sendo assim, coletamos as seguintes afirmativas dos gestores.

A gestora da Escola A, relatou que: “[...] Até o momento não houve nenhum projeto, mas a escola possui uma sala de AEE e cuidadores para os alunos” (Entrevistada 1).

No caso da Escola B, segundo a gestora:

[...] Na escola mesmo, não existe, eu acredito, como nós só temos um caso, e o aluno já é daqui a muitos anos, a gente já sabe lidar, já entende quando o aluno não quer ficar, ele é muito querido, porque ele se sente bem acolhido (Entrevistada 3).

A gestora da Escola C, em seus relatos, disse que, atualmente, apenas foram estabelecidos projetos de leitura, que englobam os alunos em geral, mas existem cuidadores que auxiliam na sala de aula.

[...] No momento projeto específico, não, mas a gente já trabalhou anteriormente um projeto de inclusão, respeito as diferenças, essas coisas (Entrevistada 4).

Conforme os depoimentos dos gestores, observa-se que esses assuntos são tratados, apenas, por meio de experiências do cotidiano com os profissionais e com o diálogo com a família. Trabalhando as fases iniciais de ensino, observa-se que a adaptação é um pouco difícil, e varia de acordo, com cada deficiência, porém, com o passar do tempo, já se garante uma confiança diante das atividades.

De acordo com Ropoli *et al.* (2010), sabemos da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza. Dessa forma, todo esforço para incentivar o estudante a questionar, a pesquisa contribui para enriquecer os valores, uma vez que essa temática deve ser instigada não somente dentro, mas fora da escola, de uma maneira geral no âmbito social e de contribuir e colaborar com reflexões para além dos muros escolares.

Segundo Anderson e Catroppa (2005), o ambiente escolar apresenta uma série de demandas imprevisíveis para a formação educacional das crianças, o que exige que elas sejam capazes de se adaptar a diferentes atividades. A falta de conhecimento das limitações causadas pela deficiência e das técnicas para superá-las pode impedir que as crianças com deficiência participem plenamente ao lado de seus colegas sem deficiência. Sloboja (2014) destaca que a inclusão de uma criança com deficiência no ambiente escolar é um desafio complexo, que requer a criação de um ambiente que atenda todas as necessidades básicas do aluno, como a eliminação de obstáculos, o acesso livre a todos os espaços e o suporte social e educacional de qualidade.

Limite de Idade para Conclusão de Nível de Ensino

As declarações trouxeram à tona a dúvida quanto à existência de uma idade limite para que um aluno com deficiência conclua um ensino e dê continuidade a outra etapa de ensino. Sobre isso, os gestores informaram:

Segundo a fala da gestora da Escola A, na instituição não existe um limite de idade determinado. Nesse sentido, a gestora da Escola B, a gestora informa que:

[...] não, aqui o aluno vai até o nono ano, na idade dele, e ele passa, até porque para mim é desumano, se tenho consciência da limitação dele, nós ficaremos reprovando? Jamais! Não, ele vai adiante, agora, o que eu gostaria, era assim, que ele conseguisse aprender mais, como eu te falei, aquela dificuldade de professores especializados para trabalhar com essas crianças (Entrevistada 3).

Na Escola C, a gestora informa que:

[...] Não, a gente até passa por um problema com uma aluna com Síndrome de Down, que já tem 23 anos, e ela vem se matriculando, a gente vai tentando passar ela por etapas, ela não se identifica com alunos do quinto, sexto ano, quando a gente viu que ela desistiu, não queria vir, a gente regrediu ela para o segundo ano e assim ela retornou. Dessa forma começou a frequentar e foi pro terceiro ano, ela já tem 23 anos. A gente vai pelo sistema, passou do ciclo da alfabetização, eles têm que compulsoriamente, independentemente da idade, pelo critério de notas, mas no caso dela, específico, o aluno deve se sentir bem na sala (Entrevistada 4).

Ao redigir as afirmativas, observamos que a avaliação é baseada na opinião do progresso do aluno e não em critérios corporativos. Segundo Fossi (2010), incluir não significa simplesmente estar presente, mas reconhecer que as pessoas podem aprender de diversas maneiras e em ritmos diferentes.

A inclusão nos faz refletir profundamente sobre o mundo em que vivemos; aprender é uma ação humana individual, são as diversas ideias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo de aprendizagem, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças.

De acordo com Ropoli *et al.* (2010), ao se articular com a escola comum, na perspectiva da inclusão, a Educação Especial muda seu rumo, refazendo caminhos, que foram abertos tempos atrás, quando se propunha a substituir a escola comum para alguns alunos que não correspondiam às exigências do ensino regular.

Segundo os gestores, ao final de uma etapa de ensino, como o ensino fundamental (primeiro grau), o estudante recebe um documento que comprova o seu processo de aprendizagem. Além disso, os alunos das escolas regulares também são acompanhados por uma

Fundação que oferece serviços especializados de educação e proteção social para pessoas com deficiência.

Considerações finais

A partir da análise dos dados, investigando os gestores escolares participantes, conclui-se que há um número reduzido de alunos com deficiência nas escolas avaliativas. Isso nos faz refletir se não há outras pessoas com deficiência na idade escolar que deveriam estar sendo incluídas e estudando nessas instituições, o que requer mais estudos.

Também é um desafio para todas as escolas garantirem acessibilidade física, como, por exemplo, a existência de rampas, banheiros adaptados, mobiliário acessível, largura adequada nas portas de entrada, material pedagógico adaptado, etc. Isto é explicado pelos gestores das escolas públicas, uma vez que não há apoio financeiro dos municípios para estas modificações. As três escolas não criam obstáculos para a matrícula de alunos com deficiência e os gestores reconhecem a importância da participação dos familiares destes estudantes para que a inclusão seja efetiva.

Apenas um gestor afirmou existir o de AEE na escola, o que despertou a atenção, uma vez que estes são serviços fundamentais, aliado ao trabalho dos professores dos componentes curriculares regulares para o desenvolvimento e inclusão de alunos com deficiência. Os entrevistados consideraram como benéfica à convivência entre estudantes com e sem deficiência, o que reforça o ambiente de consideração pelo outro e a diversidade nas escolas, mas, ao mesmo tempo, eles disseram que não há nenhum programa que promova a inclusão nas escolas. As unidades escolares não apresentam limite de idade para conclusão de nível, mas se percebeu uma dificuldade dos gestores em lidar com os critérios de aprovação e avanço de alunos com deficiência com idade mais elevada.

Concluimos que o processo de inclusão nas escolas ainda está em processo de desenvolvimento e que existe uma grande necessidade de políticas públicas que impactem no “chão da escola” de forma mais intensa, que deem o suporte financeiro, para as modificações e adaptações para a acessibilidade nas escolas, suporte pedagógico, com a formação continuada de professores em inclusão de alunos com deficiência. Além do serviço de AEE e também um suporte social, com a participação das famílias e comunidade escolar intensamente para que este processo de inclusão ocorra de forma mais integral nestas instituições.

Diante desse contexto, é essencial que crianças e adolescentes com deficiência recebam o apoio necessário para sua formação social, emocional e educacional. Precisamos investir em pesquisas que analisem a acessibilidade e as adaptações necessárias para alunos com deficiência física nas escolas brasileiras, para assegurar a plena inclusão desses alunos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L.C. Pessoa com Deficiência: Inclusão e Acessibilidade na sociedade contemporânea. **Legis Augustus**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 33-52, 2019.
- ANDERSON, V.; CATROPPA, C. Recovery of executive skills following paediatric traumatic brain injury (TBI): A 2 year follow-up. **Brain Injury**, v. 19, n. 6, p. 459-470, 2005.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI, n. 21, p. 160-173, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERTINE, P. S. **A inclusão de alunos com deficiência nas Escolas do Município de Caucaia**. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: MJ, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Dispõe assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.
- DANTAS JÚNIOR, F. E. **A Política Nacional de Educação Especial: um olhar sobre a prática da educação inclusiva no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)**

Maria Joélia de Carvalho Silva, no Município de PACAJUS-CEARÁ. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FEITOZA, F. B. M. Cidadania, direitos e política social. **Revista Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2020.

FIAMENGHI JR., G. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicol. cienc. prof. [online]**, v. 27, n. 2, p. 236-245, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932007000200006&script=sci_abstract. Acesso em: 20 de fev. 2023.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades educativas especiais e a inclusão escolar.** 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade Capivari, Capivari de Baixo, Santa Catarina, 2010.

PEREIRA, M. **A inclusão escolar de alunos cadeirantes:** Uma questão de acessibilidade. 2011. **Monografia** (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PLETSCH, M. D; SOUZA, F. F.; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 264-281, 2017.

QUIXABA, M. N. O. **A inclusão na educação:** Humanizar para educar melhor. São Paulo, Editora: Paulinas, 2015.

RODRIGUES, C. M. **A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola de Ensino de Ensino Fundamental Profissional Batista em Caucaia – CE.** 2015.

ROPOLI, E. A. *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escola, a escola comum inclusiva.** Brasília, DF: UFC, MEC, SEESP, 2010.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: Cruzando perspectivas e conceitos. **Rev. Lusófona de Educação**, v. 8, n. 8, p. 63-83, 2006.

SLOBOJA, R. A. **Acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de goioerê:** superando as barreiras na educação. 2014. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, PR, 2014.

TEIXEIRA, R. F.; TAVARES, M. T. S.; BISPO, E. P. F. Inclusão de crianças com deficiência física na escola regular: desafios e estratégias. **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia**, v. 2, n. 3, 2015.

VIOTO, J. R. B.; VITALIANO, C. R. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. **Dialogia**, São Paulo, n. 33, p. 47-59, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13671>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não há.

Financiamento: Não há.

Conflitos de interesse: Declaramos que não há conflito de interesse.

Aprovação ética: O presente trabalho atendeu todos os fundamentos éticos e científicos, na resolução 510/2016, ancorado no que ainda também a Resolução 466/12 preconiza com pesquisas envolvendo seres humanos, ou seja, oferecendo riscos mínimos aos envolvidos, haja visto que todos os procedimentos éticos legais foram respeitados. Para tanto, os mesmos foram orientados sobre a pesquisa e ainda, consentiram sua participação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, sabendo que se assim desejassem, poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos.

Disponibilidade de dados e material: Todos os dados coletados durante o estudo estão guardados em nuvem em um arquivo sigiloso, para caso necessitem, sejam consultados.

Contribuições dos autores: 1 – **Maria Neurismar Araújo de Souza:** realizou a pesquisa o qual deu base para o artigo. Apoiou desde o planejamento da pesquisa e na coleta de dados a campo, bem como nas análises dos dados, assim como na redação do artigo. 2 – **Maria Iranilda Meneses Almeida:** participou das análises, interpretação e análise dos dados obtidos e redação final do artigo. 3 – **Stela Lopes Soares:** um dos orientadores do trabalho, apoiou no planejamento do estudo, orientou a coleta de dados a campo e parte das análises, bem como apoiou na análise dos dados e redação do artigo. Sem mais para o momento, atesto a veracidade das informações.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

